

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM

ACTA NÚMERO TREZE DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM DO DIA OITO DE ABRIL DE DOIS MIL E DEZ. -----

Aos oito dias do mês de Abril de dois mil e dez, nesta cidade de Santiago do Cacém e Sala de Sessões da Sede do Município, compareceram o Senhor Vitor Manuel Chaves de Caro Proença, Presidente da Câmara Municipal, Maria Margarida da Costa Rosa Cardoso dos Santos, Vice-Presidente, Arnaldo Pereira Gonçalves Frade e Carlos Manuel Lourenço Pereira Dias Vereadores, a fim de se efectuar a reunião ordinária da Câmara Municipal. ----

Verificaram-se as ausências dos Senhores Vereadores José Rosado, Álvaro Beijinha e Óscar Ramos. -----

Como se achavam em número legal para se constituírem em Reunião de Câmara, foi a mesma declarada aberta, pelo Senhor Presidente, às nove horas e trinta minutos. -----

Foi dado início aos trabalhos da seguinte forma: -----

-----JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS:-----

Foi deliberado, por unanimidade, considerar justificadas as faltas dos Senhores Vereadores José Rosado, Álvaro Beijinha e Óscar Ramos. -----

-----ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

CIDADE DE SANTIAGO DO CACÉM - VISTA ALEGRE – ARRANJOS EM MORADIA -----

O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Senhor Jorge Rodrigues, residente em Vista Alegre, o qual veio solicitar a intervenção dos Serviços da Câmara Municipal no arranjo do telhado da sua moradia, cuja situação de degradação tem vindo a aumentar, com infiltrações na instalação eléctrica, o que põe em causa a segurança das pessoas que a habitam. -----

Mais referiu que todos os anos vêm colocar o problema à Câmara e que os Serviços já fizeram algumas intervenções, mas não resolveram o problema. -----

O Senhor Presidente referiu que se iria inteirar da situação com os Serviços. -----

ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM VALE DE ÁGUA -----

O Senhor Vereador Carlos Pereira Dias questionou sobre a qualidade de água de abastecimento público na sede daquela Freguesia, relativamente à qual foi abordado por residentes na mesma, os quais adiantaram que o local onde foi feito o furo, não era o mais indicando e que na sua opinião o mesmo deveria ter sido feita onde foi implantada a estação de tratamento. -----

O Senhor Presidente informou que tinha reunido, recentemente, com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Água, o qual também lhe colocou aquela preocupação. Acrescentou que os técnicos do Laboratório Municipal de águas, garantem que a água pode ser consumida, sem problemas, mas que, devido à sua coloração escura por acção de elementos ferrosos, as pessoas duvidam da sua qualidade. -----

Mais informou que na próxima reunião será dada uma resposta mais aprofundada sobre o assunto. -----

-----ORDEM DO DIA:-----

OPERAÇÕES DE TESOURARIA: 429.742,37€ (Quatrocentos e vinte e nove mil setecentos e quarenta e dois euros e trinta e sete cêntimos).-----

TOMAR CONHECIMENTO do Relatório e Contas da CIMAL relativo ao ano de 2009, conforme documento anexo. -----

TOMAR CONHECIMENTO do Relatório e Contas da AMAGRA relativo ao ano de 2009, o qual foi aprovado pelo Conselho Directivo em 05/03/2010 e pela Assembleia Intermunicipal em 12/03/2010. -----

d) As obras de reconstrução, ampliação, alteração e conservação ou demolição de imóveis classificados ou em vias de classificação e as obras de construção, reconstrução e ampliação, alteração, conservação ou demolição de imóveis situados em zonas de protecção de imóveis classificados, bem como dos imóveis integrados em conjuntos ou sítios

classificados, ou em áreas sujeitas a servidão administrativa ou restrição de utilidade pública; -----

e) As obras de reconstrução sem preservação de fachadas; -----

f) As obras de demolição das edificações que não se encontrem previstas em licença de obras de reconstrução; -----

g) As demais operações urbanísticas que não estejam, isentas de licenças, nos termos do RJUE; -----

2. A aprovação dos pedidos de informação previa. -----

FUNDAMENTOS DE FACTO: Considerando a evidente falta de articulação legislativa entre o previsto no Regime Jurídico de Urbanização e Edificação e o disposto na Lei 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, no que respeita a competências em matéria de licenciamento urbanístico, e, pese embora ao abrigo desta última lei, a Câmara Municipal, por deliberação de 4 de Novembro de 2009, tenha delegado com possibilidade de subdelegação, todas as competências ali previstas quanto a licenciamento, importa, de forma taxativa, elencar as competências que se encontram no âmbito dessa delegação e subsequente subdelegação, conforme ora proposto.-

FUNDAMENTOS DE DIREITO: O disposto no artigo 5.º n.ºs 1 e 3 em conjugação com o n.º 2 do artigo 4.º e 14.º, 15.º e 16.º todos do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação. -----

DELIBERAÇÃO: Aprovar -----

FORMA: Por unanimidade -----

ENTIDADE: CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM -----

ASSUNTO: Reabilitação Urbana de S. Francisco - Sector D -----

LOCALIZAÇÃO: S. Francisco da Serra -----

REFERÊNCIA: Processo número vinte e três de dois mil e nove e Informação sessenta e quatro de dois mil e dez da Divisão de Obras Municipais e Equipamento. -----

APRESENTANTE: Senhor Presidente. -----

PROPOSTA: Um: Aprovar a execução dos trabalhos de suprimento de erros e omissões referentes a um erro de medição na quantidade de calçada miúda (art. 1.13 do capítulo dos Arruamentos) correspondente a 477 m², bem como a elaboração de modificação ao contrato (contrato adicional) no valor correspondente a 100% dos trabalhos que perfaz um total de 8.991,45€ + IVA (449,57€) = 9.441,02€ (Nove mil quatrocentos e quarenta e um euros e dois cêntimos).-----

FUNDAMENTOS: Um: Durante a execução da obra foi detectado um erro de contas no mapa de medições e quantidades colocado a concurso, tendo originado o fornecimento e colocação de 477 m² de calçada miúda a mais. -----

O empreiteiro deveria ter detectado o erro em causa durante a fase de concurso, pelo que não o tendo efectuado, é responsável por 50% do valor dos mesmos. -----

O dono de obra deve, nos termos do n.º 6 do artigo 378º exercer obrigatoriamente o direito de ser indemnizado por parte de terceiros, responsáveis pelo erro verificado, ficando o empreiteiro sub-rogado no direito de indemnização que assista ao dono de obra perante esses terceiros até ao limite do montante por si suportado, isto é, 50%. Ora, sendo o município responsável pela execução do projecto em causa, a percentagem que deve por si ser suportada é 100%. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM

Os trabalhos de erros e omissões referidos encontram-se previstos em PPI para 2010 com o objectivo n.º 3.3.1.1.2. e projecto n.º 2002/173. -----

Dois: Número 1 e 2 do artigo 61º, n.ºs 1, 3, 5 e 6 do artigo 378º do Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro. -----

DELIBERAÇÃO: Aprovar -----

FORMA: Por unanimidade -----

ENTIDADE: CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM -----

ASSUNTO: Rotunda da Av. de Sines – Santo André – Prazos. -----

LOCALIZAÇÃO: Vila Nova de Santo André -----

REFERÊNCIA: Processo número vinte e seis de dois mil e nove da Divisão de Obras Municipais e Equipamento -----

APRESENTANTE: Senhor Presidente. -----

PROPOSTA: Um: Aprovar a integração do período de 05.01.2010 a 08.02.2010, (34 dias) no prazo da obra. -----

FUNDAMENTOS: Um: A empreitada em referência tinha um prazo de 3 meses e em virtude da necessidade de alteração do diâmetro da conduta de água devido a um erro no cadastro fornecido por parte das Águas de Santo André foi concedida uma prorrogação de prazo de 22 dias e teve uma suspensão de 5 dias. -----

Tendo em conta que a previsão para conclusão da obra era para o dia 05.01.2010, foi notificado o empreiteiro a apresentar a sua defesa e respectiva justificação para o atraso verificado. -----

O empreiteiro apresentou a sua defesa através do fax refª F/DP/PL/7-10545/2010, que se junta em anexo, alegando que os atrasos se devem à necessidade de executar em conjunto com as águas de Santo André as ligações da rede de água e devido às más condições meteorológicas e a uma avaria na pavimentadora que ocorreram nas primeiras semanas de pavimentação, impossibilitando o referido trabalho. -----

Considera-se devidamente justificado o atraso na obra e sendo por causas não imputáveis ao empreiteiro não poderá ser aplicada a multa por violação dos prazos contratuais. -----

Para efeitos de cálculo da revisão de preços, será considerado, no plano de pagamentos, e para facturação no último mês, o valor dos trabalhos referentes à pavimentação, sementeira e acabamentos na calçada e rede rega e que se encontram discriminados no plano de pagamentos aprovado. -----

Dois: Ponto 2.7 do caderno de encargos, artigo 403º do Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro. -----

DELIBERAÇÃO: Aprovar -----

FORMA: Por unanimidade -----

ENTIDADE: CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM -----

ASSUNTO: Rotunda da Av. de Sines – Santo André – Conta final. -----

LOCALIZAÇÃO: Cidade de Vila Nova de Santo André -----

REFERÊNCIA: Processo número vinte e seis de dois mil e nove e Informação número Sessenta e dois de dois mil e dez da Divisão de Obras Municipais e Equipamento. -----

APRESENTANTE: Senhor Presidente. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM

PROPOSTA: Um: Aprovar a conta final da empreitada de acordo com o seguinte quadro resumo, documento que é dado como reproduzido na presente acta com o número setenta, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de actas, depois de rubricado pelo Senhor Presidente e pelo Senhor Secretário da reunião.-----

Resumo da Conta Final - Rotunda da Av. de Sines – Santo André			
Contrato n.º 14/2009 Tipo 30 de 13.08.2009			
	Valor	IVA (5%)	Total
Contrato	153.067,97€	7.653,40€	160.721,37€
Facturado	151.492,97€	7.574,65€	159.067,62€
Trabalhos a menos	1.575,00€	78,75€	1.653,75€

Dois: Aprovar o auto de trabalhos a menos n.º 1 no valor de 1.575,00 €, acrescido de IVA, no total de 1.653,75 € (mil seiscentos e cinquenta e três euros e setenta e cinco cêntimos).--

FUNDAMENTOS: Art.ºs 399º, 400º e n.º1 do Art.º 401 do Código dos Contratos Públicos aprovado pelo decreto-lei 18/2008, de 29 de Janeiro. -----

DELIBERAÇÃO: Aprovar-----

FORMA: Por unanimidade -----

ENTIDADE: CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM-----

ASSUNTO: Comemorações do 25 de Abril -----

LOCALIZAÇÃO: Santiago do Cacém-----

REFERÊNCIA: Processo do SAC -----

APRESENTANTE: Senhora Vereadora Margarida Santos -----

TOMAR CONHECIMENTO do programa em anexo e da respectiva estimativa de custos, documento que é dado como reproduzido na presente acta com o número setenta e um, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de actas, depois de rubricado pelo Senhor Presidente e pelo Senhor Secretário da reunião.-----

Estimativa de Custos-----

Espectáculo com Fernando Pereira – 24.000,00€ (vinte e quatro mil euros)-----

Aquisição Foguetes e Morteiros – 500,00€ (quinhentos euros) -----

Aluguer de Palco – 4000,00€ (quatro mil euros) -----

Serviço de Segurança – 750,00€ (setecentos e cinquenta euros) -----

Lembranças aos participantes nas iniciativas do Programa do Município – 8500,00€ (oito mil e quinhentos euros)-----

Total estimado – 37.750,00€ (trinta e sete mil setecentos e cinquenta euros).-----

FUNDAMENTOS: Ao abrigo da alínea a) e b) do numero 4 do artigo 64º da Lei 169/99, de 18 de Setembro na redacção da Lei 5/A-2002, de 11 de Janeiro.-----

OBSERVAÇÕES: O Senhor Vereador Arnaldo Frade considerou que no futuro seria importante equacionar a possibilidade de desenvolver o programa comemorativo do 25 de Abril no Parque de Feiras e Exposições, onde para além do espectáculo principal fossem desenvolvidas outras iniciativas culturais alusivas àquela importante data, prolongando as comemorações até mais tarde.-----

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM

Observou ainda que o programa deveria ser mais modesto, em termos de custos, tendo em conta a crise económica/financeira que se vive. -----

Referiu continuar a defender que o 25 de Abril deveria ser assinalado com uma Sessão Solene. -----

O Senhor Carlos Pereira Dias observou que também era de opinião que não se deveria realizar o espectáculo, devido aos custos do mesmo, tendo em conta as dificuldades financeiras existentes. -----

O Senhor Presidente referiu que não se deixou de ter em conta a situação difícil que se vive, em termos económicos, dado que se optou por artistas que cobram valores mais baixos. ----

Mais observou que, para o próximo ano, se começará a comemorar aquela data, alternadamente, na Cidade de Vila Nova de Santo André e na Cidade de Santiago do Cacém, para além das várias iniciativas que serão desenvolvidas nas restantes freguesias por todo o Município. -----

ENTIDADE: ESCOLA SECUNDÁRIA MANUEL DA FONSECA. -----

ASSUNTO: Agradecimento – Transporte de alunos para as Olimpíadas de Química II. -----

LOCALIZAÇÃO: Santiago do Cacém -----

REFERÊNCIA: Email remetido pela Escola Secundária Manuel da Fonseca. -----

APRESENTANTE: Vereadora Margarida Santos -----

TOMAR CONHECIMENTO do teor do Email enviado no dia 22 de Março pela Escola Secundária Manuel da Fonseca.-----

ENTIDADE: CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM-----

ASSUNTO: Protocolo para a Gestão e Utilização do Pavilhão Municipal Padre Amadeu Pinto. -----

LOCALIZAÇÃO: Vila Nova de Santo André -----

REFERÊNCIA: Processo número 01/2010-3.3.1 com a Informação n.º 17 da Divisão Sócio Cultural -----

APRESENTANTE: Senhora Vereadora Margarida Santos -----

PROPOSTA: Rectificação do acto administrativo de aprovação do Protocolo de Gestão e Utilização do Pavilhão Municipal Padre Amadeu Pinto redigindo-se na cláusula 12ª nº 1 “(...) alínea d)” em vez de “(...) alínea c)”.-----

FUNDAMENTO DE FACTO: Decorrente de em virtude de se constatar um mero lapso de escrita e conforme resulta da simples leitura do Protocolo, onde se redigiu na cláusula 12.ª n.1” (...) à excepção da alínea c) da cláusula terceira (...)”deveria ter-se redigido “(...) à excepção da alínea d) da cláusula terceira (...)”.-----

FUNDAMENTO DE DIREITO: O disposto no artigo 148.º do CPA e no art. 64.º n.º 4, alínea b) e artigo 67.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro alterada e republicada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

DELIBERAÇÃO: Aprovar-----

FORMA: Por unanimidade -----

ENTIDADE: MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO CACÉM-----

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM

ASSUNTO: Transferência de verba para Grupo Desportivo de Santa Cruz – Apoio na aquisição de viatura -----

LOCALIZAÇÃO: Santiago do Cacem -----

REFERÊNCIA: Processo número 01/2010 - 3.3.2/4 com a informação n.º 25/2010 da Divisão Sócio Cultura -----

APRESENTANTE: Senhora Vereadora Margarida Santos.-----

PROPOSTA: Aprovar a transferência de verba no valor de 1.500,00€ (Mil e Quinhentos euros) para o Grupo Desportivo de Santa Cruz, para aquisição de viatura para transporte de atletas.-----

FUNDAMENTOS: 1. O apoio concedido pelo Município surge da necessidade de apoiar e incentivar as entidades desportivas do Concelho ao apetrechamento com meios próprios, que permitam um trabalho contínuo de qualidade em prol do desenvolvimento da actividade física e desportiva. -----

2. Ao abrigo da alínea a) do n.º4 do art.º 64 da Lei 169/99, de 18 de Setembro na redacção da Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

DELIBERAÇÃO: Aprovar-----

FORMA: Por unanimidade -----

ENTIDADE: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA DO 1.º CICLO E JARDIM DE INFÂNCIA N.º1 DE VILA NOVA DE SANTO ANDRÉ -----

ASSUNTO: Eventos Recreativos – Apoio/ Isenção de Taxas -----

LOCALIZAÇÃO: Vila Nova de Santo André -----

REFERÊNCIA: Ofício remetido pela Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Básica do 1.º ciclo e Jardim-de-infância n.º1 de Vila Nova de Santo André e informação n.º70/DEASS/SASETEGE/2010 de 2010/03/24. -----

APRESENTANTE: Senhora Vereadora Margarida Santos -----

PROPOSTA: Apoiar a realização do “Arraial Popular” promovido pela Associação de Pais, através da isenção do pagamento de taxas – relativas às Licenças de Ruído e de Actividades Recreativa em recinto aberto (n.º. 2 do Regulamento Municipal de Taxas).-----

FUNDAMENTOS: 1. Apoiar a realização da actividade proposta pela Associação, considerando o fim social e educativo a que se destina.-----

2. É competente para a isenção das taxas a Câmara Municipal, de acordo com o disposto no n.º2 do artº.6º. do Regulamento Municipal de Taxas. -----

DELIBERAÇÃO: Aprovar-----

FORMA: Por unanimidade -----

ENTIDADE: MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO CACÉM-----

ASSUNTO: Recrutamento de 4 trabalhadores para ocupação de 4 postos de trabalho, previstos e não ocupados no mapa de pessoal, na carreira/categoria de Assistente Operacional (Operador de Central), em regime de contrato por tempo indeterminado

LOCALIZAÇÃO: Santiago do Cacém -----

REFERÊNCIA: 10/TI/DGRH/SR/2010-----

APRESENTANTE: Senhora Vereadora Margarida Santos -----

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM

PROPOSTA: Proceder á abertura de procedimento concursal comum para ocupação de 4 postos de trabalho, previstos e não ocupados no mapa de pessoal, na carreira/categoria de Assistente Operacional (Operador de Central), em regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado, para a actividade de exploração de sistemas, na Divisão de Ambiente e Saneamento Básico.-----

FUNDAMENTOS: 1. A Existência de 4 postos de trabalho preenchidos em regime de contrato de trabalho a termo resolutivo certo, que representam necessidades permanentes de serviço.-----

2. De acordo com o art.º 6º da Lei nº 12-A/2008, de 27 de Fevereiro e art.º 4º do Decreto-lei nº 209/2009, de 3 de Setembro. -----

DELIBERAÇÃO: Aprovar-----

FORMA: Por unanimidade -----

ENTIDADE: CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM-----

ASSUNTO: Assuntos resolvidos no uso de competência delegada -----

LOCALIZAÇÃO: Santiago do Cacém. -----

REFERÊNCIA: Processo número 13/DGU/SAU, de dois mil e dez, da Secção de Administração Urbanística.-----

APRESENTANTE: Senhor Presidente. -----

TOMAR CONHECIMENTO da Informação nos termos do nº 3 do artº 65º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro com as alterações da Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, documento que é dado como reproduzido na presente acta com o número setenta e dois, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de actas, depois de rubricado pelo Senhor Presidente e pelo Senhor Secretário da reunião. -----

ENTIDADE: MUNICIPIO DE SANTIAGO DO CACÉM-----

ASSUNTO: Proposta de apoio à caiação no Concelho de Santiago do Cacém. -----

REFERÊNCIA: Informação número doze do Gabinete de Reabilitação Urbana e Património/Divisão de Ordenamento do Território e Projecto de dezassete de Janeiro de dois mil e dez. -----

APRESENTANTE: Senhor Presidente. -----

PROPOSTA: Promover uma campanha de Apoio à Caiação, entre 03 de Maio de 2010 e 29 de Outubro de 2010, que reveste as seguintes características: -----

1 - Cedência gratuita de cal, pigmentos e materiais de pintura (pincéis) aos munícipes do Concelho;-----

2 - Os destinatários desta acção são os residentes / arrendatários / proprietários; -----

3 - O local de fornecimento da cal, pigmentos e materiais serão as Juntas de Freguesia; -----

4 - Os materiais serão cedidos mediante o preenchimento de modelo próprio, nas Juntas de Freguesia, sendo uma cópia do mesmo remetido ao GRUP (Gabinete de Reabilitação Urbana e Património);-----

5 - O material de pintura (pincéis) é cedido apenas uma vez até ao limite máximo de um por edifício, aquando do fornecimento de cal;-----

6 - A cal fornecida será proporcional à área a caiar, e sê-lo-á apenas uma vez por ano; -----

7- O GRUP assumirá os esclarecimentos técnicos e o acompanhamento das diversas intervenções que vierem a verificar-se. -----

FUNDAMENTOS: -----

Em conformidade com a alínea b) do nº 4 do artigo 64º e alínea c) do artigo 24º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alínea c) do artigo 24º da Lei nº 159/99, de 14 de Setembro. ---

DELIBERAÇÃO: Aprovar-----

FORMA: Por unanimidade -----

OBSERVAÇÕES: O Senhor Vereador Arnaldo Frade referiu que o programa era apresentado e estava concebido de uma forma passiva no que respeita à actuação da administração. Acrescentou que deveria ser atribuído ao GRUP o trabalho de incentivar os proprietários de espaços mais necessitados de limpeza a este nível, a usufruírem do programa, e a mesma equipa deveria assegurar também toda a componente burocrática associada.-----

O Senhor Vereador Carlos Pereira Dias observou que o maior problema que se levanta na caiação, não é tanto a questão dos materiais, mas sim a execução do trabalho, porque muitas pessoas já não têm condições físicas para o fazer e outras não o sabem executar, acrescentando que nos edifícios maiores também se colocam o problema da montagem de andaimes.-----

O Senhor Presidente referiu que a Câmara Municipal não se pode substituir aos privados no que respeita á sua obrigação de conservação dos imóveis. -----

Acrescentou que será recomendado aos técnicos do GRUP a articulação com as Juntas de Freguesia para divulgação do programa juntos das populações, de forma a incentivar as pessoas para a prática da caiação dos imóveis. -----

ENTIDADE: MARIA FIRMINA DO ROSÁRIO RAFAEL FONSECA E ANTÓNIO JOÃO FERREIRA FONSECA -----

ASSUNTO: Loteamento com obras de urbanização n.º 3/2007, em nome de Maria Firmina do Rosário Rafael Fonseca e António João Ferreira Fonseca.-----

LOCALIZAÇÃO: Boa Vista – Retiro do Pontão – Cercal do Alentejo. -----

REFERÊNCIA: Processo de Loteamento n.º 03/2007 da Divisão de Gestão Urbanística. --

APRESENTANTE: Senhor Presidente. -----

PROPOSTA: 1 - Aprovar o loteamento n.º 3/2007, com obras de urbanização, sito em Boa Vista – Retiro do Pontão – Cercal do Alentejo, a levar a efeito por Maria Firmina do Rosário Rafael Fonseca e António João Ferreira Fonseca, sobre o prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Santiago do Cacém sob o nº 1497/20030213, inscrito na Matriz Predial rústica sob os artigos 97 secção I e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 584º da freguesia de Cercal do Alentejo, no qual se prevê a constituição de 11 (onze) lotes destinados a habitação.-----

2- Aprovar o prazo de um ano para execução das obras de urbanização.-----

3- Aprovar a apresentação de garantia bancária no valor de 240.096,00 € (duzentos e quarenta mil e noventa e seis euros).-----

4 – Aprovar o pagamento de Taxa Municipal de Urbanização no valor de 5.111,46 € (cinco mil cento e onze euros e quarenta e seis centimos).-----

5 – Aprovar o pagamento de compensações urbanísticas no valor de 10.106,83 € (dez mil, cento e seis euros e oitenta e três centimos)-----

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM

6 – Aprovar o pagamento pela emissão do Alvará de loteamento com obras de urbanização no valor de 4.585,57 € (quatro mil quinhentos e oitenta e cinco euros e cinquenta e sete cêntimos). -----

7 – Aprovar as seguintes áreas de cedência ao domínio público: Para arruamentos (passeios e estacionamento): 1.540,58 m²; -----

Condicionantes do Alvará: Deverão ser respeitadas as condicionantes referidas no ofício da EDP de 07.10.2008.-----

FUNDAMENTOS: O período de discussão pública efectuada nos termos do disposto nos artigos 22.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12 com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 177/01, de 4/6 e artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro com a alteração do Decreto-Lei n.º 316/2007 de 19 de Setembro já decorreu, não tendo sido apresentadas reclamações, observações ou sugestões. -----

Nos termos do artigo 23º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12 com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 177/01, de 4/6, cabe à Câmara Municipal deliberar sobre o pedido de licenciamento. -----

DELIBERAÇÃO: Aprovar-----

FORMA: Por unanimidade -----

IMPrensa - Tomado conhecimento.-----

Foi deliberado por unanimidade aprovar em minuta cada uma das deliberações constantes desta acta nos termos e para os efeitos do artigo noventa e dois, números um a quatro da Lei cento e sessenta e nove de dezoito de Setembro de mil novecentos e noventa e nove, na redacção da Lei número 5-A, de dois mil e dois, de onze de Janeiro. -----

E não havendo mais assuntos a tratar, foi, pelo Senhor Presidente, declarada encerrada a reunião pelas onze horas. -----

Desta Reunião se lavrou a presente acta que vai ser assinada pelo Senhor Presidente e por mim, José Pereira dos Reis Vilhena Gonçalves, Chefe de Divisão de Administração Geral e Financeira, exercendo as funções de Secretário.-----

O Presidente da Câmara

O Secretário da Reunião
